



DOSSIÊ POLÍTICAS CULTURAIS PROJETOS, ATORES E CIRCUITOS

Erguendo, removendo e ressignificando as estátuas: olhares desde a experiência brasileira

Raising, removing and resignifying the statues: an overview of the Brazilian experience

Levantando, removiendo y resignificando a las estatuas: visiones desde la experiencia brasileña

Aldira Guimarães

Duarte¹

orcid.org/0000-0002-6481-6055

aldira@unb.br

Carlos F. Domínguez

Avila¹

orcid.org/0000-0003-2377-276X

carlos.dominguez.avila@gmail.com

[com](http://www.com)

Recebido em: 25 maio 2021.

Aprovado em: 22 dez. 2021.

Publicado em: 28 jun. 2022.

Resumo: O artigo explora a denominada "guerra das estátuas" e seus desdobramentos no Brasil, principalmente sob a perspectiva das correlações entre patrimônio, memória coletiva e política cultural. Trata-se de um ensaio de interpretação, de natureza interdisciplinar, e com forte influência teórico-metodológica na história conceitual. O artigo também dialoga com os estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia, especialmente na sua dimensão da Participação Política, inclusive no que diz respeito à Participação Política Não Convencional, quer dizer, protestos, manifestações, e/ou ação coletiva. Outrossim, são discutidas e deliberadas algumas alternativas e boas práticas na formulação e implementação de políticas públicas setoriais. O principal argumento do artigo sugere que, diante de estátuas polêmicas ou incongruentes com os valores das atuais gerações de cidadãos, as melhores alternativas seriam a ressignificação ou a remoção das mesmas.

Palavras-chave: Brasil. Patrimônio. Memória coletiva. Política cultural. Participação política.

Abstract: The paper explores the so-called "war of statues" and its consequences in Brazil, mainly from the perspective of the correlations between heritage, collective memory and cultural politics. This is an interpretative essay, with an interdisciplinary framework, and with a strong theoretical and methodological influence on history of concepts. The paper also dialogues with studies and research on the quality of democracy, especially in its dimension of Political Participation, including the Non-Conventional Political Participation – that is, protests, demonstrations, and/or collective action. Furthermore, some alternatives and best practices in the making of sectorial public policies are discussed and deliberated. The main argument of the manuscript suggests that, in the face of controversial or troublesome statues, the best alternatives would be to resignify or remove them.

Keywords: Brazil. Heritage. Collective memory. Culture policies. Political participation.

Resumen: El artículo explora la denominada "guerra de las estatuas" y sus desdoblamientos en Brasil, principalmente desde la perspectiva de las correlaciones entre patrimonio, memoria colectiva y política cultural. Se trata de un ensayo de interpretación, de naturaleza interdisciplinaria, y con fuerte influencia teórico-metodológica en la historia conceptual. El artículo también dialoga con los estudios e investigaciones sobre la calidad de la democracia, especialmente en su dimensión de la Participación Política, incluso en lo concerniente a la Participación Política No Convencional – quiere decir, protestas, manifestaciones, y/o acción colectiva. Igualmente, son discutidas y deliberadas algunas alternativas y mejores prácticas en la formulación e implementación de políticas públicas sectoriales. El principal argumento del artículo sugiere que, delante de estatuas polémicas o incongruentes con los valores de las actuales generaciones de



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

ciudadanos, las mejores alternativas serían la resignificación o la remoción de las mismas.

Palabras-clave: Brasil. Patrimônio. Memoria colectiva. Política cultural. Participación política.

Introdução

No dia 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis, o cidadão estadunidense George Floyd foi alvo de notório excesso de força e abuso policial, que resultou na sua asfixia, seguida de morte. Ainda que no contexto da pandemia de Covid-19, o homicídio de Floyd repercutiu rapidamente em numerosas cidades dos Estados Unidos, Europa Ocidental, América Latina, Austrália, e do mundo afro-asiático. Gigantescos protestos, manifestações e outras expressões de participação política não convencional demandaram das autoridades firmeza na contenção do abuso policial, bem como um posicionamento semelhante na luta contra o racismo, o colonialismo, o autoritarismo, a injustiça social, o militarismo, a opressão e o patriarcado. Uma das mais importantes consignas que impulsionaram ditas manifestações, principalmente em território estadunidense e na Europa Ocidental, foi o *Black Lives Matter*, isto é, Vidas Negras Importam (GREEN, 2020; JASPER, 2016).

Poucos dias depois, em 7 de junho de 2020, uma estátua do traficante de escravos britânico Edward Colston foi derrubada por uma multidão enfurecida na cidade de Bristol, no Reino Unido. Desde então, uma das facetas mais dramáticas e divulgadas deste ressurgimento global de protestos e de manifestações tem sido o questionamento de certas estátuas, monumentos e outras expressões de arte pública. Entende-se a noção de arte pública como o conjunto de trabalhos disponibilizados no espaço público e acessível às coletividades; neste sentido, a arte pública tende a possuir grande impacto e relevância político-social, ideológica e cultural (VAN UFFELEN, 2011). Em consequência, numerosas estátuas de personalidades e instituições passaram a ser atacadas, derrubadas, decapitadas, mutiladas e queimadas. Entre os principais alvos deste massivo ataque às estátuas e outras expressões de arte pública se destacaram: monumentos do bando Confedera-

do – quer dizer, escravista – nos Estados Unidos, representações do colonialismo e imperialismo europeu nas Américas e outros continentes, e simbologia correlacionada a discriminações de raça, etnia ou gênero. Eis a origem, a lógica e a força da materialidade da mais recente onda de protestos, resistência, ação direta e derrubada de estátuas no continente e no mundo – ou a guerra das estátuas (DICKENSON, 2021; ALVES, 2020).

Convém destacar desde agora que esses ataques a monumentos de arte pública – durante muito tempo invisíveis para muitos cidadãos – se deve a que os mesmos acabam sendo marcadores de poder político e social de épocas passadas, mas com desdobramentos no presente e no futuro. Em consequência, uma parte do patrimônio histórico, artístico e cultural pode estar em conflito com a memória coletiva de setores subalternos da sociedade, principalmente de indígenas, afrodescendentes, mulheres, ou minorias de orientação sexual. Evidentemente, isto nos leva a uma discussão bastante ampla e profunda sobre as relações entre política cultural, sociedade, patrimônio, memória e participação (POULOT, 2014; SARLO, 2006).

Observe-se que, diferentemente do vandalismo comum e criminal contra figuras genéricas, líderes religiosos, monumentos pré-históricos ou representações mitológicas ou literárias nos cemitérios, a atual onda de ataques a estátuas expressa uma contradição ampla e profunda entre os valores e aspirações implícitos nos referidos monumentos e a sociedade contemporânea. Tem-se aqui uma brecha entre patrimônio e memória. Uma possível contradição entre a simbologia de Estado e da classe dominante, de um lado, e da coesão social e identidade coletiva, de outro. Tenha-se presente, então, que tais estátuas, monumentos e outras expressões artísticas disponibilizadas em espaços públicos não são neutras. As mesmas refletem as relações de poder ideológico, político e econômico em um determinado momento (FREEDBERG, 1991). Todavia, é necessário reconhecer que, no marco das relações em sociedades complexas, para muitos analistas e pesquisadores poderia

ser tênue, porosa e polêmica a diferença entre a ação direta e o simples crime de vandalismo do patrimônio (POULOT, 2013; BLIGHT, 2021).

Assim, ao longo de 2000 e 2021, estátuas do general confederado Robert Edward Lee, do traficante de escravos britânico Edward Colston, do rei belga Leopoldo II ou do explorador hispano-genovês Cristóvão Colombo, têm sido objeto de particular questionamento, inconformidade e depredação. Estátuas de Thomas Jefferson, Pedro Álvares Cabral, George Washington ou Miguel de Cervantes também foram atacadas. Especificamente no caso de países latino-americanos, as personalidades e instituições que têm sido questionadas geralmente incluem políticos, militares e exploradores. Esses foram os casos do general chileno Manuel Baquedano, do general e ex-presidente argentino Alejo Julio Roca Paz, ou do Gonzalo Jiménez de Quesada – fundador da cidade de Bogotá (COELHO, 2021) – bem como de outros conquistadores e colonizadores espanhóis e portugueses (STIEM, 2020).

Nesse contexto, o presente ensaio procura examinar a denominada guerra das estátuas, desde uma perspectiva de interação entre política cultural, patrimônio, memória coletiva, e participação política não convencional. Em tal sentido, é importante adiantar que a noção de guerra das estátuas envolve uma deliberação acerca da ação direta, sumária e violenta de destruição intencional de estátuas e monumentos – entendidos como marcadores de poder simbólico, político e social –, bem como a igualmente importante e necessária preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, e a dinâmica da memória coletiva em países com Estados e sociedades de orientação democrática, cívica e republicana (TRAVERSO, 2012).

As perguntas orientadoras do artigo são as seguintes: como e por que estátuas e outras expressões de arte pública estão sendo atacadas em diferentes países do continente e do mundo?, e quais são as principais implicações de ditos acontecimentos socioculturais e políticos, principalmente sob a perspectiva das correlações entre o patrimônio, a memória coletiva e

as políticas culturais? A hipótese de trabalho sugere o seguinte arraçoado: que estaríamos diante de um novo ciclo de ataques a estátuas – entendidas como marcadores político-sociais e ideológicos –; isso, a princípio, seria o resultado de contradições claras e evidentes entre valores implícitos ou atribuídos às referidas expressões artísticas e as expectativas/aspirações das novas gerações de cidadãos – principalmente de estratos subalternos, incluindo atores coletivos que se auto identificam por aspectos étnicos, de gênero ou raciais –; mediada por manifestações de evidente participação política, existiria uma recomposição das relações entre patrimônio e memória coletiva; e em tal perspectiva, as melhores alternativas para a formulação e implementação de políticas públicas setoriais poderiam passar pela ressignificação intencional, deliberada e republicana de expressões de arte pública claramente contraditórias, incômodas, polêmicas ou insuportáveis.

A estrutura interna deste ensaio inclui três partes, as considerações finais e as referências bibliográficas. Na primeira parte se discute a relação entre patrimônio e memória, bem como algumas peculiaridades adicionais da mais recente onda global de protestos – que inclui o tocante à atual guerra das estátuas. Na segunda parte se analisam algumas repercussões e desdobramentos da guerra das estátuas no caso brasileiro. Na terceira parte se delibera sobre algumas alternativas para avançar na construção de um novo consenso que permita aproximar o patrimônio, a memória coletiva e a política cultural. Isto é, uma reconciliação entre patrimônio, memória coletiva e política cultural alicerçada nos valores, aspirações e necessidades da contemporaneidade, principalmente em países de orientação democrática (POULOT, 2013).

Diálogo e conflito entre o patrimônio e a memória coletiva: as estátuas como marcadores ideológicos, políticos e sociais

Etimologicamente, a palavra estátua deriva da expressão latina *statua* ou *statuere*. Esta pode ser

entendida e traduzida como estabelecer, colocar, erguer ou ordenar. Em termos operativos, uma estátua se refere a uma obra lavrada a imitação do natural. Geralmente, elas são esculpidas ou moldadas em substâncias sólidas, inclusive em mármore, bronze ou outros metais. Para os fins do presente ensaio interessa ressaltar que a ação de estatuar implica a representação e divulgação de símbolos e significados convergentes com a adoção de um tipo de princípio, de lei ou de ordem político-social. Em consequências, ao longo de séculos, numerosas civilizações, culturas e sociedades em diferentes regiões do planeta têm mantido a prática de comissionar, erguer e adornar com estátuas uma parte do espaço público e privado, especialmente com imagens de heróis, líderes, governantes, exploradores, descobridores, filantropos, acadêmicos, artistas, e escritores (DICKENSON, 2021).

Evidentemente, tais esforços por erguer e decorar com estátuas uma parte do espaço público não são neutros ou desinteressados. Em geral, esse processo de tomada de decisão se relaciona com a representação de valores, com a simbologia de Estado, com a hegemonia ideológica, e com a política cultural. Parece evidente que a determinação de erguer estátuas, bem como outros monumentos, acaba gerando implicações políticas, sociais, culturais e ideológicas de natureza intergeracional. Nessa linha de pensamento, aqui se aceita que a arte pública, tanto monumental como de estátuas de pequeno ou médio porte (bustos, figura completa, estátuas a cavalo), pode ou deve ser estudada e interpretada desde uma perspectiva de relações de poder, de hegemonia ideológica, e de desenvolvimento político-social. Consequentemente, tendo em vista sua correlação com certos valores ou simbologias político-sociais dominantes ou emergentes, tanto o erguimento, como a remoção intencional de estátuas têm sido uma constante ao longo de muito tempo e nos mais variados cenários espaciais do continente e do mundo.

A construção e a destruição de estátuas foram bastante intensas nos últimos cem anos. Entendidos como claros marcadores político-sociais

e ideológicos, isso foi muito evidente no caso dos monumentos confederados/escravistas em certas regiões dos Estados Unidos, na celebração de vitórias militares ou processos de expansão imperialista – Reino Unido, Bélgica –, em países em processo de centralização e virtual colonialismo interno – Austrália, Nova Zelândia, Chile, ou Argentina –, na época do nazismo alemão, durante o predomínio soviético no Leste europeu e alhures, na Espanha franquista, em Portugal do *Estado Novo*, no Iraque de Saddam Hussein, e na Coreia do Norte da dinastia Kim, para citar alguns exemplos. Em consequência, parece mais que evidente que os ditos monumentos públicos foram comissionados por elites políticas, sociais, culturais e econômicas com o propósito de alcançar uma autopromoção, bem como para impor uma hegemonia ideológica e para reforçar as narrativas nacionalistas.

Nessa mesma ordem de ideias e interpretações, Pippa Catterall (2020) pondera que as estátuas, monumentos e outras expressões da arte pública fundamentalmente representam o que as elites do passado escolheram para celebrar e memorizar. Em outras palavras, a arte pública, assim como outras manifestações culturais, artísticas e educativas, geralmente tem simbolizado os valores, aspirações e projetos das classes dominantes de épocas determinadas.

Em tais circunstâncias, a arte pública forma parte do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade, sociedade e Estado. No caso das estátuas e outros monumentos semelhantes, se entende que se trata de um patrimônio material. Tal categoria também inclui construções administrativas, militares ou civis, praças, igrejas, parques arqueológicos e obras de arte (escultura, cerâmica, artes plásticas). Todas elas de considerável valor histórico, artístico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico (POULOT, 2014).

Ainda que muitas vezes o patrimônio material e imaterial presente, mais ou menos implícitas, relações de poder de épocas passadas e que não é apropriado cair em uma simples, inconsequente e/ou acrítica "preservabilidade", tampouco resta

dúvida de que se trata de bens culturais que, em geral, deveriam ser valorizados, reconhecidos, protegidos e resguardados. Inversamente, destruir ou danificar o patrimônio histórico, artístico e cultural herdado de épocas passadas poderia ser considerado como um crime. Portanto, ainda que estando conscientes das distorções, preferências, "ausências" ou ambiguidades presentes em certos bens culturais, aqui se entende que é necessário valorizar, reconhecer e preservar ao menos uma parte desse patrimônio herdado. Afinal, esse patrimônio forma parte do processo de construção da identidade e da memória coletiva – isto é, do conjunto de reflexões e interpretações sobre o devir histórico de uma coletividade local, regional, nacional e mundial (RICCER, 2007).

Infere-se de tudo isso que as atuais e futuras gerações de cidadãos e de atores sociais têm o dever e a obrigação de refletir sobre os conceitos e preferências implícitas em determinados bens culturais que formam parte do patrimônio, da identidade e da memória coletiva. Recorde-se que tais bens culturais poderiam ser politicamente utilizados para esconder, manipular ou contradizer valores, sensibilidades ou aspirações contemporâneas. Isso acaba sendo particularmente espúrio quando nos encontramos diante de obras que pudessem ter afinidades eletivas com o racismo e outras práticas semelhantes. Em tais circunstâncias, tensões e contradições podem surgir ou reaparecer entre o patrimônio e a memória coletiva. Este último parece ser, justamente, o que está na base da atual guerra das estátuas.

A destruição de estátuas – ou estatufobia – não é um assunto novo ou recente. A derrubada de estátuas, monumentos e outras expressões de arte pública têm ocorrido em todo o planeta e nos mais variados períodos históricos (OCÓN, 2020). Tal destruição intencionada de patrimônio e de obras artísticas tem ocorrido especialmente em épocas de mudanças revolucionárias, de derrotas militares, de processos de libertação nacional ou social, de choque de civilização, ou de transformações estruturais de regimes político-sociais. Em tais circunstâncias, estátuas

associadas direta ou indiretamente a regimes pretéritos muitas vezes acabaram sendo derubadas, substituídas, vandalizadas, mutiladas ou, na melhor das hipóteses, ressignificadas (RAHME, 2021).

Há aqui alguma convergência com os assim chamados iconoclastas que, em muitos episódios da história da arte e da história política, decidiram pela destruição de imagens e de outros bens culturais materiais – incluindo-se bibliotecas, livros, museus, construções monumentais. Para os referidos iconoclastas, o patrimônio herdado poderia ser considerado herético, insuportável ou inconveniente. Evidentemente, em tais circunstâncias o diálogo entre o passado e o presente mediado pelas estátuas haveria se alterado qualitativamente. Novas elites e classes dominantes procuraram impor sua própria interpretação da história e da política cultural, o que implicou, também, em erguer novos monumentos acordes às novas realidades, aos novos poderes constituídos e às novas autoridades. Tem-se aqui demonstrações claras do uso político da história e da cultura. Tudo isso com importantes desdobramentos sob a perspectiva da história conceitual, da construção da identidade, e da memória coletiva (VARGAS ÁLVAREZ, 2016).

Para além das implicações que a destruição de estátuas possa chegar a significar em termos de conservação e divulgação do patrimônio histórico, artístico, cultural e social, parece evidente que a destruição, a remoção e/ou a ressignificação de tais expressões de arte pública estão associadas a uma luta pela recomposição da memória coletiva (POULOT, 2013; RICCER, 2007). Ainda que por razões de espaço não seja possível aprofundar esta importante discussão, não há dúvida de que a memória coletiva é um espaço de constante deliberação, dinamismo e contradições. Efetivamente, delibera-se acerca do que as sociedades contemporâneas poderiam ou deveriam querer ressaltar ou esquecer. Isso tem muita relação também com a recomposição da identidade local, regional, nacional e até internacional. Sem esquecer-se o relacionado aos valores, aspirações e visões de futuro que

se propõem, especificamente, os Estados e as sociedades. Ademais, em sociedades e Estados democráticos a questão da deliberação acerca do patrimônio, da memória coletiva, da política cultural e até do uso político da história é ainda mais relevante e transcendente (FREEBERG, 1991).

Nesse contexto teórico-metodológico aparece o tocante à dinâmica da atual guerra das estátuas. Como mencionado na parte introdutória deste ensaio, especialmente depois do assassinato de George Floyd – em maio de 2020 –, uma onda de destruição, remoção e/ou ressignificação de certas estátuas pretensamente associadas a valores, a personagens ou a instituições contraditórias, polêmicas ou insuportáveis – especialmente de racismo – foi observada em numerosos países e continentes, principalmente nos Estados Unidos (monumentos confederados, colonização da América), Reino Unido e Bélgica (racismo, escravidão), Austrália (colonialismo interno), Chile (militarismo, colonialismo interno), e Brasil (racismo, colonialismo interno).

Para os fins deste artigo é especialmente significativo constatar que essa guerra das estátuas é uma dimensão específica de uma onda global de protestos, de manifestações e de participação política não convencional, vigente desde 2019, e que tem continuado até o presente, inclusive no contexto da pandemia de Covid-19. Em oposição a isso, convém agregar que para não poucos observadores, principalmente para grupos conservadores da sociedade, tais ações diretas podem ser consideradas como pouco menos que atos vandálicos, arrogantes, oportunistas, autoritários, prepotentes ou criminosos (GREEN, 2020).

Parece pertinente ter presente que a participação política não convencional é uma subdimensão da Participação Política. Por sua vez, a Participação Política é uma das principais dimensões disponíveis para o estudo e a pesquisa acerca da qualidade da democracia. Segundo Leonardo Morlino (2016, 2011), a Participação Política alude aos mecanismos que permitem aos cidadãos influenciar nas decisões das autoridades. A

participação política pode ser: convencional ou eleitoral; em associações, partidos e movimentos sociais; relacionada às arenas da democracia deliberativa; ou não convencional. Salvo melhor interpretação, a assim chamada guerra das estátuas está muito vinculada à participação política não convencional. Perceba-se que este tipo específico de participação inclui protestos legais, manifestações semilegais, reivindicações perante as autoridades, e ações político-sociais ilegais, violentas ou clandestinas.

Chegados a este ponto, a atual guerra das estátuas pode ser definida como a destruição, a deposição e/ou a ressignificação de algumas obras de arte pública, principalmente no caso de personalidades ou instituições históricas associadas ao racismo, à discriminação, à exploração, à injustiça social, ao colonialismo interno, ao autoritarismo – incluindo o militarismo e o personalismo –, e ao patriarcado. Inserido no meio do delicado equilíbrio dinâmico que existe entre a promoção do patrimônio, a recomposição da memória coletiva e as políticas culturais, a referida guerra das estátuas implica erguer, derrubar, remover e ressignificar bens culturais, buscando que os mesmos se aproximem e se conectem aos valores, aspirações e projetos narrativos das presentes gerações de cidadãos. Em outras palavras, se trata de revalorizar o diálogo entre o passado e o presente mediado, sempre que possível, por uma rearticulação e uma reconciliação do patrimônio, da memória coletiva e das políticas culturais (POULOT, 2014; BLIGHT, 2021).

No marco geral da guerra das estátuas, é importante destacar que o *modus operandi* dos atores sociopolíticos mais diretamente envolvidos com tais ações de estatufobia – ou estatuclastia – inclui o seguinte (ABREU, 2020):

a) os atores envolvidos na destruição, na remoção e/ou na ressignificação das estátuas reconhecem as correlações entre a arte pública e o poder político e ideológico, especialmente em uma perspectiva societal. Ademais, tais atores deliberam acerca das implicações de suas iniciativas no contexto da dinâmica da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural, e

da identidade local, regional e nacional. Em outras palavras, se trata de ter certeza sobre o alvo da ação direta, sobre as peculiaridades técnicas da obra, e a interação entre a obra e a comunidade envolvente;

b) a ação direta, coletiva, organizada, deliberativa e consciente de pessoas – especialmente de jovens – questiona o valor e o simbolismo de certas estátuas e monumentos públicos. Desde a perspectiva da atualidade, tais ações diretas implicam necessariamente uma reação diante de imagens consideradas insuportáveis, polêmicas, ofensivas ou inconvenientes, principalmente em países com governos de orientação democrática;

c) as ações diretas contra certas estátuas são realizadas de forma pública, massiva e, sempre que possível, divulgadas amplamente nas redes sociais ou em outros meios de comunicação. Em geral, para os atores coletivos envolvidos neste processo, os vereditos e suas consequências são considerados legítimos, consequentes, nobres, bem-intencionados, moralmente adequados, reparadores, afirmativos, cívicos, republicanos, justiceiros, liberadores e, em última instância, orientados para o aperfeiçoamento e engrandecimento do bem comum e da qualidade da democracia.

d) persiste um esforço por justificar a extirpação ou depuração imediata e direta de elementos recalcitrantes, depreciáveis ou insuportáveis sob o argumento de uma necessidade urgente e suprema. Evidentemente, a destruição ou ressignificação de estátuas, monumentos e outras expressões de arte pública é visto como uma reparação histórica às vítimas e seus descendentes. Em consequência, se considera impropriedade qualquer acusação de vandalismo, iconoclastia ou criminalidade comum;

e) em contrapartida, algumas dessas ações contra o patrimônio histórico, artístico e cultural têm sido questionadas por apresentar alguma orientação maniqueísta, intolerante, sectária, prepotente ou fanática. Se questiona que as referidas ações diretas são determinadas por grupos que não representam necessariamente o conjunto da sociedade. Se reprova a natureza despótica,

vandálica, revanchista, ignominiosa, ignorante e autoritária de certas ações diretas. Em outras palavras, aparecem aqui as questões sobre quem decide, com quais argumentos, com quais limites, e com qual legitimidade no processo de tomada de decisão, especialmente diante de vereditos drásticos, severos e irreversíveis.

f) forças políticas e sociais conservadoras podem aparecer e resistir às tentativas de derrubar ou ressignificar estátuas e monumentos específicos. Tal situação leva ao risco de enfrentamentos violentos e emocionais entre atores coletivos em conflito. Perceba-se que tudo isto tem correlações com a ordem social e política imperante, com a luta pelo poder, com a memória coletiva e com a identidade cultural. O assunto em questão tem sido bastante claro no caso da remoção de estátuas de líderes confederados em certas cidades dos Estados Unidos ou no destino complexo arquitetônico do Vale dos Caídos na Espanha (BLIGHT, 2021). Quer dizer, com monumentos implicitamente correlacionados à escravidão e ao franquismo, respectivamente. Em consequência, é importante ter presente que protestos e manifestações em favor da demolição ou remoção de obras de arte pública, bem como a ressignificação de espaços públicos, podem acabar gerando reações no sentido oposto. Temos aqui, então, exemplos de diálogo e conflito no âmbito da história conceitual, cultural, política e social.

Em suma, parece pertinente destacar que tradicionalmente as estátuas não são neutras ou meramente artísticas, principalmente quando se trata de líderes políticos, militares, exploradores, conquistadores, empresários ou de representantes da classe dirigente. Igualmente, as estátuas não podem ser consideradas como objetos mágico-religiosos ou sacrossantos. Pelo contrário, a construção, a destruição, a remoção, a substituição e/ou a ressignificação de estátuas tem sido uma constante na história. Acontece que as mesmas dialogam e tentam manter e aprofundar certos valores e concepções da ordem política e social (DICKENSON, 2021; FREEDBERG, 1991).

Portanto, é necessário e imprescindível que

a arte pública acompanhe as aspirações, sentidos e projetos das presentes gerações de cidadãos. Destarte, desde posturas republicanas e democráticas contemporâneas, não parece coerente ou conseqüente continuar exaltando ou contemporizando com representações claramente vinculadas ao racismo e outras práticas semelhantes (MANICOM 2020).

A guerra das estátuas na América do Sul: reflexões acerca da experiência brasileira

Ao longo dos anos de 2020 e 2021, a guerra das estátuas teve algumas repercussões em território brasileiro. Ainda que os protestos e manifestações contra as representações de personagens e instituições incômodas do passado não chegaram a apresentar o dramatismo verificado em outros contextos latino-americanos ou extracontinentais, houve, sim, expressões e ações de inconformidade, bem como questionamentos de certos bens de arte pública. No caso brasileiro, os principais alvos de inconformidade e insatisfação foram estátuas e monumentos erguidos para celebrar e comemorar figuras e instituições correlacionadas à conquista e colonização portuguesa – e sua continuidade no período monárquico-imperial do século XIX –, particularmente aqueles que mais claramente são identificados por práticas escravistas, racistas, supremacistas ou patriarcais (PEREIRA, 2020).

Em termos operativos, isso resultou no questionamento público de estátuas e de monumentos elogiosos ao trabalho dos assim chamados *bandeirantes*. Resumidamente, os *bandeirantes* eram expedicionários, conquistadores e colonizadores particulares, independentes, autônomos e não governamentais. Principalmente a partir da cidade de São Paulo, os ditos *bandeirantes* penetraram no interior do território que atualmente forma parte do Brasil, com o propósito de

escravizar indígenas, destruir quilombos, explorar recursos naturais e ampliar o domínio português. Isso aconteceu desde o século XVI até o início do século XVIII. Nesse sentido, tratava-se de empreendedores, exploradores, traficantes de escravos, conquistadores e aventureiros. *Mutatis mutandis*, os *bandeirantes* têm sido associados, por um lado, à ampliação da dominação portuguesa e da expansão da fronteira político-administrativa e econômica; e por outro, à escravidão, ao racismo, à injustiça social e ao colonialismo (VEIGA, 2020).

Durante o século XX, o trabalho dos referidos *bandeirantes* foi objeto de comemoração, de celebração e de reconhecimento através da arte pública – quer dizer, de estátuas e monumentos –, bem como mediante referências elogiosas em livros de textos escolares, em toponímia de praças, em estradas e parques, ou em museus e outras dependências públicas e privadas (MORETTIN, 1998). A ideologia dominante em São Paulo tem considerado os *bandeirantes* como um exemplo paradigmático de mentalidade empreendedora, pujante, conquistadora e vanguardista (MARINS, 2020). Todavia, na atualidade, a sede oficial do Governo do Estado de São Paulo – a principal unidade política, econômica e social do Brasil – é chamada de *Palácio dos Bandeirantes*. Igualmente, um dos mais emblemáticos exemplos da arte pública da cidade de São Paulo é, justamente, o denominado *Monumento às Bandeiras*, construído em 1954, no marco das comemorações do quarto centenário da fundação daquela localidade (conferir Figura 1). Finalmente, estátuas de *bandeirantes* específicos foram comissionadas e erguidas para servir como marcadores político-sociais e ideológicos em numerosas cidades brasileiras, especialmente em localidades do Sudeste, do Sul, do Nordeste e do Centro-oeste do País.

Figura 1 – Monumento às Bandeiras, de 1954, situado na cidade de São Paulo



Fonte: Governo da Cidade de São Paulo (2021).⁴

Acontece que, mais recentemente, as crueldades, os abusos e os excessos dos referidos *bandeirantes*, principalmente contra indígenas e posteriormente contra escravos africanos e seus descendentes, despertaram alta e crescente indignação, inconformismo e enfado entre ativistas e militantes de certos movimentos sociais. Para os referidos ativistas e militantes de movimentos sociais – particularmente de movimentos negros, indígenas, feministas e anticolonialistas brasileiros –, a arte pública que comemora as proezas dos *bandeirantes* passou a ser claramente polêmica, insuportável, ilegítima e questionável. Observe-se que, desde uma perspectiva político-ideológica, a comemoração dos *bandeirantes* passou a ser associada a uma virtual tentativa de legitimação da escravidão, do genocídio e finalmente do próprio colonialismo interno (MARINS, 1999). Em tal perspectiva, muitas afinidades eletivas poderiam

ser identificadas entre as atividades escravistas de personagens como o inglês Edward Colston, e *bandeirantes* como Manuel de Borba Gato, Antônio Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho, Bartolomeu Bueno da Silva, Francisco Dias Velho e Fernão Dias Paes (MARASCIULO, 2020).

Destarte, no contexto global da guerra das estátuas, houve protestos e manifestações públicas contra representações de *bandeirantes* em São Paulo e outras cidades brasileiras. Ainda que não se tenha notícia da efetiva destruição ou derrubada de monumentos públicos, não faltaram tentativas, principalmente no caso da estátua do *bandeirante* Manuel de Borba Gato, localizada na cidade de Santo Amaro, na região metropolitana de São Paulo (NUNES, 2020; VIEIRA, 2020). Em geral, os ataques às estátuas incluíram mutilações, pichações, depredação e outras ações semelhantes de protestos e de participação política não convencional (conferir Figura 2).

⁴ Disponível em: <https://cidadedesao paulo.com/atrativos/monumento-as-bandeiras>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Figura 2 – Estátua de Manuel de Borba Gato, de 1963, situada na cidade de Santo Amaro



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2021),⁵

Convém agregar que estátuas e monumentos que tentavam transmitir uma imagem enganosa, parcimoniosa ou complacen-

te da escravidão ou da discriminação racial – incluindo o que no Brasil é chamado de *mãe-preta* ou *ama-de-leite*; quer dizer, mulheres escla-

⁵ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285148>. Acesso em: 20 jan. 2022.

vizadas que durante o período colonial e ou monárquico-imperial eram obrigadas a amamentar a bebês de famílias escravistas – também foram objeto de não poucos questionamentos. Neste caso, para além do tocante à denúncia da escravidão, se questionou vigorosamente a implícita representação do patriarcado, da subordinação e das desigualdades de gênero (conferir Figura 3). Inference-se desse agir no campo das políticas culturais que, mesmo sem negar

a historicidade dessas manifestações de arte pública, as atuais e futuras gerações de cidadãos e de especialistas deverão prestar maior atenção e eventualmente contrapor-se a narrativas idealizadas ou ingênuas das relações político-sociais. Eis uma outra das múltiplas ocorrências de cooperação e conflito no campo do patrimônio, da memória e da política cultural presente nesta nova onda de guerra das estátuas no Brasil e no mundo, especialmente desde 2020.

Figura 3 – Estátua da Mãe Preta, de 1955, situada na cidade de Campinas



Fonte: Governo da Cidade de São Paulo (2021).⁶

Se infere do exposto que os ataques às estátuas e monumentos no Brasil correspondem às mesmas premissas anticolonialistas, antiescravistas, antipatriarcais e antidiscriminatórias observadas em outros cenários do continente americano e do mundo. Parece evidente que se trata de protestos, manifestações, ataques e ações diretas contra estátuas, monumentos e outras expressões de arte pública que poderiam representar uma simbologia de poder, de valores e de sentimentos polêmicos, insuportáveis, e incompatíveis com as aspirações democráticas, republicanas e cívicas das atuais e futuras gerações de cidadãos. Nessa ordem de ideias e interpretações, Julia Lopes Pereira (2020, p. 127) pondera o seguinte:

Uma estátua que desaba é uma sociedade que desaba, e os fundamentos que a erigiram

estão ruindo. A memória e os valores que ela representa estão sendo revistos. Eles versavam sobre poder dominante, sobre equívocos e violências. E o que está em pauta é o direito de existir a quem foi tradicionalmente negado esse direito. Os monumentos públicos estampam esse passado que foi negado, negada a vida, a povos que agora desmobilizam estátuas. O espaço público é o palco de tal ruptura por ser o espaço de disputa por visibilidade, um espaço não hegemônico.

Em síntese, é apropriado confirmar-se que há existido na experiência brasileira recente correlação positiva, bem como associação direta, entre ataques e questionamentos públicos a estátuas de personagens ou instituições polêmicas. Tais ataques e questionamentos podem ser entendidos como acontecimentos que formam parte de um repertório de participação política não convencional de atores progressistas, liberais

⁶ Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra/index.php?p=8291. Acesso em: 20 jan. 2022.

e republicanos (ROZAS-KRAUSE, 2020).

Isso é particularmente evidente quando se trata de questionamentos de simbologias ou representações associadas à injustiça social. Em consequência, as fontes consultadas autorizam a reconhecer a existência de episódios inspirados e influenciados pela guerra das estátuas também em território brasileiro. Tudo isso leva a refletir sobre os desdobramentos desta conjuntura, principalmente no que diz respeito à luta pela recomposição da memória coletiva, pela promoção do patrimônio histórico e cultural, e pela libertação e descolonização (WEINER, 2020).

Remoção, resignificação ou não intervenção de estátuas? Em busca de uma reconciliação entre patrimônio, memória e políticas culturais

Tem-se constatado que estátuas, monumentos e outras formas de arte pública polêmicas estão sendo destruídas, removidas, demolidas e/ou resignificadas em numerosos países do continente americano e do mundo. Isso forma parte do repertório de protestos, manifestações e outras ações de participação política não convencional vigentes especialmente desde 2019. Em consequência, é necessário deliberar e propor alternativas pragmáticas, coerentes e consequentes para garantir que a arte pública, o patrimônio e a memória dialoguem e contribuam na formação e na construção de uma sociedade com maior justiça social (DICKENSON, 2021; WILSON *et al.*, 2020).

Evidentemente, as melhores alternativas de política cultural poderiam aproximar-se ao problema-objeto de forma construtiva e transcendente. A partir de uma revisão bibliográfica da experiência internacional e de uma reflexão sobre formulação e implementação de políticas públicas setoriais, se infere que as três melhores alternativas de política cultural para promover uma reaproximação e reconciliação entre patrimônio e memória coletiva são as seguintes: a remoção, a resignificação, e a não-intervenção (SCHLAGWEIN, 2020; AXT, 2020).

A primeira alternativa propõe, efetivamente, re-

mover as estátuas e monumentos mais ofensivos. Elucubrou-se insistentemente neste ensaio que as estátuas podem ser entendidas como marcadores de poder político e social. Geralmente, esses são bens culturais e ideológicos fortemente correlacionados aos ideais e aspirações dos grupos elitistas, dirigentes ou dominantes em uma época determinada. As coisas se complicam quando os valores implícitos ou explícitos em tais estátuas entram em choque e contradição com a contemporaneidade. Isso é particularmente evidente no caso de bens culturais, históricos ou artísticos que podem acabar sendo associados ao racismo e outras injustiças sociais. Em tais casos, existe o risco de que as estátuas acabem sendo derubadas, removidas, desfiguradas, destroçadas ou depredadas. Diante dessa possibilidade de simples destruição do patrimônio, uma alternativa bastante plausível e construtiva observada em numerosos países do continente e do mundo tem sido a remoção de estátuas de pequeno e de meio porte, e sua transferência a museus especializados (STIEM, 2020).

Tais museus especializados podem preservar e fazer uma releitura das referidas obras sob uma perspectiva educativa, artística, histórica e cultural. Esse foi o destino de boa parte da arte pública vinculada ao realismo socialista em numerosos países do leste europeu – quer dizer, do antigo bloco soviético. Também da polêmica estátua de Edward Colston, removida na cidade de Bristol, e de numerosos monumentos comemorativos dos confederados em províncias do sul dos Estados Unidos (BLIGHT, 2021). Recentemente, em março de 2021, a estátua do general chileno Manuel Baquedano – um militar associado ao colonialismo interno e a sistemáticos abusos contra as comunidades indígenas araucanas durante o século XIX –, foi retirada para manutenção e preservação, depois de um ano em que ela foi alvo de protestos e ações diretas no centro de Santiago (DÍAZ-VERA; FUENZALIDA FERNÁNDEZ, 2020). Em consequência, o mais provável é que a referida estátua de Baquedano acabe sendo transferida para um museu de história da arte ou

para um recinto especializado.

A segunda alternativa em discussão orienta-se a modificar ou ressignificar as estátuas para que passem a dialogar com valores, aspirações e sensibilidades contemporâneas. Possivelmente o mais e melhor acabado exemplo de ressignificação de monumentos e construções tem sido o complexo de Auschwitz-Birkenau, na Polônia. O dito local foi parcialmente reconstruído depois da Segunda Guerra Mundial, com o propósito de evitar que os horrores do holocausto e do extermínio de milhões de seres humanos acabassem caindo no esquecimento. Em consequência, desde 1979, o complexo de Auschwitz-Birkenau é considerado como um patrimônio cultural da humanidade. Evidentemente, houve uma clara ressignificação do patrimônio da referida localidade, com importantes consequências para o presente e o futuro da Polônia e do mundo (RICCER, 2007; ARAÚJO; SANTOS, 2007).

A ressignificação é uma alternativa interessante quando se trata de estátuas, monumentos ou outras obras de arte pública de grande porte e de difícil ou impossível remoção. Esse é o caso, por exemplo, de obeliscos, mausoléus, centros de tortura e de outras violações dos direitos humanos, ou de arquivos de antigos órgãos de repressão. Vale acrescentar que dito processo de modificação ou ressignificação deve incluir um componente de divulgação de informação científica, historiográfica e republicana sobre a lógica, a intenção e as expectativas do trabalho realizado. A divulgação de tal informação deve ser o mais objetiva e completa possível. Essa divulgação poderia ser realizada através de placas e de meios de comunicação de massa, bem como em centros de estudo e de capacitação (SARLO, 2006; TRAVERSO, 2012). Temos aqui um destino possível para o polêmico complexo franquista do Vale dos Caídos, na Espanha. Em tal hipótese, mais que um mausoléu para o general Francisco Franco, o referido complexo arquitetônico está sendo gradualmente ressignificado no contexto da democracia espanhola.

Convém ponderar que em certos países – principalmente na Áustria e na Alemanha – tem

surgido um esforço para erguer “contra-monumentos” próximos às obras herdadas e alvos de algum questionamento. E nesse caso, a intenção é impulsionar um diálogo e uma diversidade de narrativas acerca de assuntos polêmicos, controversos ou de responsabilidade histórica irrecusável. Percebe-se aqui um esforço de rearticulação de pesquisa e preservação do patrimônio, de renovação da memória coletiva, e de trabalho transdisciplinar – especialmente entre disciplinas como a história, arte, arquitetura, urbanismo ou educação (ABREU, 2020).

Assim, no marco da guerra das estátuas, a modificação e ressignificação de monumentos é uma interessante alternativa para autoridades e para o conjunto da sociedade. Evidentemente, o referido trabalho deverá ser formulado e implementado por profissionais devidamente capacitados. Trata-se de um esforço complexo e transcendente. Ademais, sempre que possível, no processo de tomada de decisão poderiam participar atores que de alguma forma tenham e demonstrem algum vínculo afetivo, sentimental ou valorativo com as estátuas originais. Tudo isso com o propósito de evitar conflitos político-sociais persistentes ou recorrentes – ainda que de sentido inverso.

A terceira alternativa em debate aconselha não intervir e deixar os monumentos intactos, em paz. Outra alternativa para as autoridades e as sociedades lidar com o problema-objeto é simplesmente confiar em que as estátuas sejam suficientemente toleradas e aceitas pelas novas gerações de cidadãos a ponto de manter e reproduzir alguma aderência, identificação e respaldo societal. Tenha-se presente que muitas estátuas disponíveis na atualidade experimentaram ondas de protestos anteriores. Tais exemplares do patrimônio foram preservados de episódios de estatufobia – ou de estatucracia – em virtude de múltiplas razões, que incluem desde sua invisibilidade, sua opacidade, as peculiaridades do personagem ou da instituição representada, os materiais em que foram confeccionadas e o grau de exposição destas, até sua defesa por parte de grupos de interesses específicos. Em

outras palavras, pode-se esperar que, depois de um ciclo de protestos massivos, retorne a tolerância, a tranquilidade, a pacificação e a coesão social (ARAÚJO, 2020).

Adicionalmente, é necessário ponderar que, com exceção de personagens e instituições clara, direta e inequivocamente vinculados ao racismo, ao colonialismo, à escravidão, ao autoritarismo ou ao patriarcado, o conjunto da sociedade e as autoridades governamentais deverão impor limites a certos excessos, fanatismos ou determinações das massas. Acontece que existe o risco de destruir patrimônio histórico, artístico e cultural valioso e reconhecido. Em consequência, não parece apropriado ou pertinente permitir que minorias acabem confeccionando "listas negras" de monumentos a serem derrubados ou removidos arbitrariamente. Isso é ainda mais evidente quando se trata de bens culturais que podem ser de interesse e de reconhecimento pelo conjunto da sociedade. Tal hipótese poderia desembocar na imitação da "revolução cultural" maoísta – com gravíssimas, ilegítimas e espúrias consequências sociais, políticas e identitárias. Salvo melhor interpretação, não é possível aceitar uma política cultural de terra arrasada, simplesmente para satisfazer as preferências de minorias que algumas vezes podem acabar comportando-se de forma impertinente, arrogante ou prepotente (GARCÍA, 2020).

Em outras palavras, trata-se de evitar tanto a inércia do poder público pressionado por setores conservadores que se reconhecem nos monumentos polêmicos, quanto o eventual sectarismo dos movimentos sociais que tomam para si a tarefa de "corrigir" as comemorações de uma dada sociedade, por mais justas que sejam suas razões. Nosso argumento sugere que avaliações periódicas do patrimônio histórico, artístico e cultural – que incluam às estátuas – poderiam ser realizadas por profissionais, autoridades e representantes da sociedade civil organizada.

Evidentemente, os monumentos públicos não podem continuar refletindo tão somente os valores e aspirações das classes dirigentes ou dominantes. Gradualmente, os referidos monumen-

tos podem e devem ser reconhecidos e validados pelo conjunto da sociedade contemporânea – principalmente no caso de regimes de orientação democrática. Todavia, novas estátuas e monumentos podem ser comissionados – eis o caso do denominado Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19, aprovado pelo Senado Federal, segundo o Projeto de Lei 2.317 de 2021, e projetado para ser erguido em Brasília; todavia, iniciativas semelhantes estão sendo impulsionadas em numerosos outros Estados e municípios do país (BORGES, 2021). Entretanto, doravante estas manifestações de arte pública deverão aproximar-se ainda mais dos valores e aspirações da contemporaneidade, incluindo-se a representação explícita de grupos subalternos e dos cidadãos comuns (MOREIRA, 2020).

Considerações finais

A guerra das estátuas tem reativado o debate sobre as relações entre arte, política, cultura e sociedade. Recorde-se que, ainda que normalmente invisíveis para muitos cidadãos, as estátuas são marcadores de poder. Elas expressam uma memória das relações Estado-sociedade (FREEBERG, 1991). No meio desse debate também aparece o relacionado à deliberação sobre o uso do espaço público, os conflitos culturais, e inclusive a toponímia de praças, ruas e monumentos. Eis um caso de diálogo e de conflito sociocultural, ampliado e aprofundado em um contexto de protestos globais contra as injustiças sociais. Efetivamente, desde 2019, milhares de pessoas têm expressado sua indignação, inconformismo e espírito de luta pela liberdade, a democracia e o republicanismo cívico (TAVARES; PFRIMER, 2020).

No meio dessas massivas e legítimas demonstrações de participação política não convencional ressurgiu, com muita força, o relativo à reflexão, interpretação e deliberação acerca das estátuas. Sucede que algumas delas poderiam estar em divergência com as sensibilidades, valores e aspirações das sociedades contemporâneas. A derrubada de uma estátua do traficante de escravos britânico Edward Colston, em junho de

2020, talvez seja o episódio mais dramático e paradigmático desta sequência de reavaliação do patrimônio e de sua relação com a dinâmica da memória coletiva. Em consequência, as praças e as ruas de muitas cidades voltaram a servir de palcos privilegiados de ações diretas e coletivas. As referidas ações foram realizadas principalmente contra representações simbólicas de personagens e instituições que, desde as percepções e sensibilidades contemporâneas, parecem ser indignos de respeito, de admiração ou de celebração. Falta verificar se esta forma de fazer justiça com as próprias mãos terá a perspicácia e a capacidade de evitar excessos e erros de interpretação. Seja como for, parece evidente que é preferível derrubar estátuas a celebrar discriminações sociais, genocídios, autoritarismos ou colonialismos.

Ainda que a derrubada e a destruição de estátuas sejam práticas sumamente antigas, e ademais que alguns desses bens culturais efetivamente não possam continuar sendo tolerados ou passivamente aceitos pelas atuais gerações de cidadãos, tampouco parece apropriado reivindicar uma simples política de terra arrasada nesse campo do patrimônio, da memória e da promoção dos bens culturais. A remoção e transferência de estátuas de pequeno e médio porte até recintos especializados – como museus – é uma alternativa que tem sido considerada em numerosos países do continente e do mundo. A ressignificação de outros monumentos de grande porte, como é o caso do complexo de Auschwitz-Birkenau, um consagrado patrimônio cultural da humanidade – parcialmente reconstruído em virtude da necessidade de evitar o esquecimento dos horrores do holocausto e da guerra –, é outra excelente alternativa à disposição dos governos e das sociedades. Evidentemente, a ressignificação deverá incluir um persistente esforço de reconciliação nacional, de divulgação de informação consistente, e de erradicação do maniqueísmo, da prepotência, do sectarismo e de outros vícios semelhantes (RAHME, 2021).

Se de um lado não se pode ser ingênuo ou cômico em relação aos valores e aspirações implíci-

tos em determinados exemplos de arte pública; por outro parece ser igualmente incorreto desconhecer ou desvalorizar o patrimônio histórico, artístico e cultural herdado. Nessa ordem de ideias, os monumentos, entendidos tanto como marcadores de poder ideológico, político e social, como de mediadores do passado e do presente, deverão ser objeto de persistente reflexão, avaliação e ressignificação. Eis aqui a melhor alternativa para avançar em um debate complexo, transcendental e paradigmático. Tudo isso sem esquecer suas implicações no campo da participação política, da cidadania integral, da luta pela liberdade, igualdade, republicanismo e a democracia. Em última instância, parece óbvio que os bens culturais da atualidade deverão refletir os valores, aspirações e necessidades da contemporaneidade – principalmente os comissionados em uma época de democratização política e social (ALCÂNTARA; BRINDEL, 2020).

Portanto, retomando as perguntas centrais apresentadas na introdução, bem como os argumentos sustentados ao longo deste ensaio, parece existir suficiente evidência empírica e teórico-metodológica para corroborar – ao menos provisoriamente – as hipóteses do presente trabalho. Certamente, novas pesquisas poderão aprofundar os conhecimentos sobre essa onda de estatufobia, situando seu lugar nos estudos acerca do patrimônio histórico, e dialogando com a formulação e implementação de políticas setoriais mais consistentes, eficientes e transcendentais. Em última instância, trata-se de propiciar um debate amplo e ponderado das políticas culturais, fundamentado em evidência e literatura, e impulsionando respostas moderadas do poder público. Em termos operativos, isso implica agir no contexto da ressignificação da maioria dos monumentos polêmicos de arte pública, e eventualmente da remoção seletiva de algumas estátuas mais agressivas à memória das vítimas e seus descendentes.

Referências

- ABREU, José. Letter on statuary and power: Statues as political statements. *Cadernos de Arte Pública*, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 6-33, 2020.
- ALCÂNTARA, Livia; BRINGEL, Breno. Dos Zapatistas aos Indignados: Mudanças na Geopolítica das Solidariedades Transnacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e231325, p. 1-18, 2020.
- ALVES, José. A nova onda de derrubada das estátuas. *Cadernos de Arte Pública*, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 130-133, 2020.
- ARAUJO, Ricardo. Tolerância Política, Neutralidade e Pluralismo nas Democracias Liberais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 111, p. 81-108, 2020.
- ARAUJO, Maria; SANTOS, Myrian. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 79, p. 95-111, 2007.
- AXT, Gunter. Guerra das estátuas e cultura do cancelamento. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 ago. 2020. Caderno de Sábado, p. 3.
- BLIGHT, David W. La reconstrucción de Estados Unidos: justicia, poder y los asuntos pendientes de la guerra de Secesión. *Foreign Affairs: Latinoamérica*, México, v. 21, n. 2, p. 86-92, 2021.
- BORGES, Iara. Projeto cria o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19. *Rádio Senado*, Brasília, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/06/25/projeto-cria-o-memorial-em-homenagem-as-vitimas-brasileiras-da-covid-19>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- CATTERALL, Pippa. On statues and history: The dialogue between past and present in public space. *LSE BPP*, Londres, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/statues-past-and-present/>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- COELHO, Penélope. Colômbia: Estátua de colonizador é derrubada em Bogotá. *Aventuras na História*, São Paulo, 8 maio 2021. Disponível em: <https://aventuras-nahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/colombia-estatua-de-colonizador-e-derrubada-em-bogota.phtml>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- DÍAZ-VERA, Mónica; FUENZALIDA FERNÁNDEZ, Gabriel. El cuerpo es el mensaje: Hacia una cartografía de los cuerpos en el estallido chileno del 18-O en Plaza de la Dignidad. *Revista SOBRE*, Granada, n. 6, p. 85-94, 2020.
- DICKENSON, Christopher (ed.). *Public Statues Across Time and Cultures*. Londres: Routledge, 2021.
- FREEDBERG, David. *The Power of Images: Studies in the History and Theory of Response*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- GARCÍA, Fernando. La guerra de las estatuas. Por qué los monumentos públicos están en riesgo. *La Nación*, Buenos Aires, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/cultura/la-guerra-estatuas-por-que-monumentos-estan-nid2419194>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- GREEN, Dominic. The war of the statues is a battle for freedom. *The Spectator*. Nova York, 10.6.2020. Disponível em: <https://spectator.us/topic/war-statues-battle-freedom/>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- JASPER, James. *Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- MANICOM, Jean-François. Why we topple statues. *Politico*, Bruxelas, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/why-we-topple-statues-bristol-edward-colston-antwerp-leopold-ii-black-lives-matter>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- MARASCIULO, Marília. 5 monumentos brasileiros que honram figuras históricas contraditórias. *Revista Galileu*, Rio de Janeiro, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/07/5-monumentos-brasileiros-que-honram-figuras-historicas-contraditorias.html>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- MARINS, Paulo. Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 404-429, 2020.
- MARINS, Paulo. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 6-7, n. 1, p. 9-36, 1999.
- MORETTIN, Eduardo Victorio. Quadros em movimento: O uso das fontes iconográficas no filme Os Bandeirantes (1940), de Humberto Mauro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 105-131, 1998.
- MORLINO, Leonardo. ¿Cómo analizar las calidades democráticas? In: XAVIER, Lidia; DOMÍNGUEZ, Carlos (org.). *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa*. Curitiba: Crv, 2016. p. 21-47.
- MORLINO, Leonardo. *Changes for Democracy: Actors, Structures, Processes*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MOREIRA, Marcelo. Democracias no século XXI: Causas, Sintomas e Estratégias para Superar. *Lua Nova*, São Paulo, n. 111, p. 15-49, 2020.
- NUNES, Brunella. Estátua do Borba Gato: como lidar com monumentos polêmicos do passado. *TAB*, São Paulo, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/10/derrubar-ou-manter-como-lidar-com-os-monumentos-polemicos-do-passado.htm>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- OCÓN, Jorge. Estatuas antiguas en contextos islámicos: el discurso de DAESH – la respuesta a la Historia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 217-241, 2020.
- PEREIRA, Julia Lopes. Espaços em disputa/Espaços em diálogo. In: FUREGATTI, Sylvia; OLIVEIRA, Luiz Sérgio de; Knauss, Paulo (org.). *Arte Pública no Brasil: contextos e interações*. Niterói: PPGCA-UFF Editora, 2020. p. 213-224.
- POULOT, Dominique. Da razão patrimonial aos mundos do patrimônio. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 5, n. 1 (Especial), p. 34-42, 2014.

POULOT, Dominique. Patrimoine et Mémoire. In: ARCI-NIEGA, Luis (org.). *Memoria y significado: uso y recepción de los vestigios del pasado*. Valencia: Universidad de Valencia, 2013. p. 199-214.

RAHME, Anna. A derrubada de cada estátua é um ape-lo. *Revista ARA*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 131-157, 2021.

RICCER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROZAS-KRAUSE, Valentina. Monumentos caídos: notas sobre nuestra actual estatufobia. *ARQ*, Santiago, n. 105, p. 150-152, 2020.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado/ Cultura de la memoria y giro subjetivo*. Una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

SCHLAGWEIN, Felix. Remover, reubicar o repensar: ¿qué hacer con los monumentos controvertidos? *Deutsche Welle*, Berlin, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/es/remover-reubicar-o-repensar-qu%C3%A9-hacer-con-los-monumentos-controvertidos/a-53849638>. Acesso em: 25 dez. 2021.

STIEM, Tyler. Statue wars: what should we do with troublesome monuments? *The Guardian*, Londres, 26 set. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2018/sep/26/statue-wars-what-should-we-do-with-troublesome-monuments>. Acesso em: 25 dez. 2021.

TAVARES, Francisco; PFRIMER, Matheus Hoffmann. O outono da onda global: limites do ativismo contemporâneo no anoitecer da democracia e dos direitos sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e229095, p. 1-18, 2020.

TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar*. História, memória e política. Lisboa: Unipop, 2012.

VAN UFFELEN, Chris. *500 x Art in Public: Masterpieces from the Ancient World to the Present*. Salenstein: Braun Publishing, 2011.

VARGAS ÁLVAREZ, Sebastián. Monumento Estela de Luz: disputas en torno a los usos públicos de la historia en el México del Bi/Centenario. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 9, p. 130-161, 2016.

VEIGA, Edison. Como os bandeirantes, cujas homenagens hoje são questionadas, foram alçados a 'heróis paulistas'. *BBC News Brasil*, Bled, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53116270>. Acesso em: 25 dez. 2021.

VIEIRA, Bárbara. Crânios são colocados ao lado de monumentos de bandeirantes para ressignificar história de SP. *G1*, São Paulo, 27 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>. Acesso em: 25 dez. 2021.

WEINER, Lauren. Statues Come Down. *Academic Questions*, Nova York, v. 33, p. 412-417, 2020.

WILSON, Nick; ET AL. Attacks on Statues Associated with Social Injustice and Militarism: New Zealand as a Case Study. *SocArXiv*, Cornell, jun. 2013, p. 1-36. 2020. Disponível em: <https://osf.io/preprints/socarxiv/e6agg>. Acesso em: 25 dez. 2021.

Aldira Guimarães Duarte

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, DF, Brasil; professora da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, DF, Brasil.

Carlos F. Domínguez Avila

Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, DF, Brasil; pesquisador colaborador sênior da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, DF, Brasil.

Endereço para correspondência

Aldira Guimarães Duarte

Universidade de Brasília

Faculdade de Ceilândia (FCE)

Centro Metropolitano, Conjunto A, Lote 01

72220-275

Brasília, DF, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.